



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Audiência Pública com a presença de representante do Poder Executivo Estadual onde se dará a demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do Governo relativa ao 3º Quadrimestre de 2021.

Realizada pela plataforma digital da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Manaus/AM, no dia 14 de fevereiro de 2022, às 10h30min, presidida pelo Deputado Ricardo Nicolau, presidente da Comissão Assuntos Econômicos. **PRESENTE** o Deputado membro titulares da CAE: Dermilson Chagas. O presidente da comissão, Deputado Ricardo Nicolau, abriu a reunião agradecendo a presença de todos na audiência, e registrou a presença dos deputados e dos técnicos da Sefaz. Em seguida, o Presidente ressaltou que todos os membros da CAE foram devidamente convidados, ressaltou sobre a exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, e que a audiência é realizada em cumprimento da lei. Em seguida, repassou a palavra aos técnicos da SEAZ para dar início a apresentação, e disse que, após a apresentação, a palavra seria passada aos membros da comissão para questionamentos.

Com a palavra o Secretário da Fazenda, Alex Del Giglio. O mesmo apresentou os técnicos presentes: Alex Del Giglio - Secretário de Estado da Fazenda; Luiz Otávio Da Silva - Secretário Executivo do Tesouro; Christiane Travassos Santos Silva - Secretária Executiva de Orçamento; Dário José Braga Paim - Secretário Executivo da Receita; Alexandre Siqueira De Medeiros - Secretário Executivo de Assuntos Administrativos; Anny Karolinny Silveira Saraiva - Diretora do Departamento de Arrecadação; Maria Da Conceição Guerreiro Da Silva - Diretora do Departamento de Contabilidade; Denis Moura De Oliveira Rocha - Diretor do Departamento de Estudos de Finanças Públicas; Marcos André Pontes Cavalcanti - Chefe do Departamento Financeiro; Leonardo Dos Santos Do Rego Barros - Chefe do Departamento de Encargos Gerais, Dívidas Públicas, Sentenças Judiciais e Haveres do Estado; Marlene Oliva Veloso - Diretora do Departamento Financeiro SEDUC; Rogério Aguiar De Mozzi - Assessor Técnico da SEDUC; Rogério Da Cruz Gonçalves - Secretário Executivo do Fundo Estadual de Saúde.

Informou que passaria a palavra a Executivo do Tesouro, Luiz Otávio da Silva, mas antecipou que tiveram melhorias no parâmetro fiscal, melhoraram a questão da dívida pública e obtiveram uma diminuição do número de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida, também, informou o aumento de despesas especificamente nos âmbitos de saúde e educação.

Com a palavra o Secretário Executivo do Tesouro, Luiz Otávio da Silva cumprimentou os presentes, informando que iniciaria a apresentação e, em seguida, abriria a perguntas. Iniciou a apresentação destacando os quatro grandes grupos de despesas. Despesas liquidadas, no total em 2021, na ordem de 22,67 BI. Destacou o maior grupo de despesas, tendo como parâmetro o 3º quadrimestre de 2021, os Encargos Especiais (22%); seguiu destacando o segundo grande grupo que foi Saúde (19%), logo após a Educação (18%), quarto grupo destacou Previdência (12%). Fez um comparativo do 3º Quadrimestre de 2021 com 3º Quadrimestre de 2020: Receita Total em 2021 na ordem de R\$25.516BI e 2020 na ordem de R\$ 22.762 BI, uma variação de R\$ 2.745 Milhões, com 12% de aumento. Quanto as Despesas com Pessoal, na ordem de R\$ 9.167 BI em 2021 e 2020 na ordem de R\$ 8.235 BI, uma variação de aumento de aumento de 11%. A Distribuição Constitucional aos Municípios em 2021 um parâmetro de R\$ 2.950 BI em 2020, para R\$ 3.527 BI em 2021, uma variação de 20%. Quanto as Demais Despesas, apresentaram um aumento de 15%. Destacou o Repasse Legal aos Poderes, disse que saíram da ordem de R\$ 1.868 BI para R\$ 2.298 BI, uma variação de 23%.

Logo após, apresentou os Indicadores Fiscais importantes presentes no 3º Quadrimestre de 2021: Índice de Pessoal na ordem de 46,70%, Educação 25,02%, Saúde 18,57% e Dívida Consolidada/RCL 38,21%. Com relação ao comparativo com os gastos com saúde empenhados no 3º quadrimestre de 2020 e 2021, houve um gasto de R\$ 4.28 BI em 2021, e R\$ 3.83 BI em 2020. Afirmando que em relação à Dívida Consolidada em relação à Receita Corrente Líquida saíram da ordem de 43,3% para 38,2%. Relatou que aqueles eram os indicadores macro em relação os índices fiscais e finalizou.

O presidente Ricardo Nicolau agradeceu a apresentação e passou a palavra ao membro da Comissão de Assuntos Econômicos, Dermilson Chagas.

Com a palavra deputado Dermilson Chagas questionou sobre o acréscimo em despesa com pessoal, indagando devido a qual fato houve esse aumento.

O secretário Luiz Otávio informou que houve gastos com FUNDEB, contratações com a saúde ainda em efeito da pandemia, e, também, aumento na previdência.

O Dep. Dermilson questionou sobre o limite prudencial da lei complementar. Em resposta, o secretário informou que o limite prudencial seria de 46,55%, informou que saíram no 2º Quadrimestre saíram do limite 50,06%, acima do limite máximo, e agora estão com 46,70%, apenas um pouco do limite prudencial.

Em seguida o Deputado Dermilson questionou se em 2021 ficou suspenso todo pagamento de dívida, o secretário informou que a suspensão só ocorreu em 2020. Ainda, Dermilson disse que notou que não houve acréscimo de receita na inteligência, questionou o motivo de não haver mais investimento nessa secretaria.

O secretário Alex informou que no ano de 2021 houve necessidade maior de gastos em saúde e educação, então, houve investimento nessas áreas, todavia, afirmou que em 2022 há uma verba alta de 2 bilhões de reais para investimento e, assim, terá mais investimento em diversas áreas.

Com a palavra O Secretário Luiz Otávio, informou que há um problema em todos os entes no quesito investimento, afirmou que houve na Assembleia Legislativa a autorização de dois grandes empréstimos que garantirão maior dispêndio em investimento.

Deputado Dermilson questionou se a partir desse ano já começam os ajustes nas datas bases dos funcionários.

O secretário Alex informou que já estão computados e previstos, mas que acredita que esse aumento não será tão significativo em relação à Receita Corrente Líquida.

Deputado Dermilson questiona qual a maior fonte de receita, se é de ICMS e proveniente de qual mercadoria ou serviço.

O Secretário informa que o ICMS é a principal receita estadual, informou que o grande movimento que aumentou o ICMS, considerando o avanço do dólar, disse que foram feitos ajustes pontuais em vários setores, havendo o incremento na ordem de 50 a 60% na arrecadação.

Dermilson alegou que o Governo fez uma manobra em relação aos medicamentos, questionou se o Governo aumentou a arrecadação com o aumento de farmácias ou reduziu em razão da isenção dada pelo Governo.

Com a palavra secretário Dário informou que não só em relação aos medicamentos, mas que fizeram aumentos pontuais em várias áreas, alegou que mesmo com a redução de carga tributária em relação a medicamentos, pelo aumento na entrada, obtiveram saldo positivo ao final em relação ao aumento do volume de vendas e de negócios.





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ainda com a palavra, o Dep. Dermilson questionou acerca da questão previdenciária, como está o fundo financeiro previdenciário.

O secretário disse que há três tipos de fundos, o fundo financeiro, o fundo previdenciário e o fundo de proteção previdenciária dos militares. Disse que o fundo financeiro é totalmente deficitário e necessitam passar, do tesouro, o montante é de R\$ 120 milhões de reais mês a mês. O fundo previdenciário é superavitário e o de proteção dos militares teria características próprias.

O presidente Ricardo Nicolau discorreu que Estados como São Paulo têm reduzido a alíquota de certos medicamentos de doenças mais raras como câncer, a alíquota zero, a fim de dar mais condições ao tratamento dessas doenças. Pontua que houve um acréscimo expressivo na arrecadação, questiona se os recursos que entraram no tesouro foi à título de empréstimo, se a receita total ultrapassou os 30 bilhões.

O secretário Luiz Otávio informa que a receita informada é a receita tributária e a receita não tributária, deduzida a entrada de receita que entrará de FUNDEB transferida pelo Governo Federal.

Deputado Ricardo Nicolau questionou se o valor que o Estado paga e recebe de FUNDEB é deficitário. Afirma que houve entrada líquida de R\$ 2,700 Bi e mais R\$ 2,200 Bi à título de empréstimos.

O secretário do tesouro informou que, o que se manda no Amazonas e o que se recebe é deficitário no FUNDEB, déficit na ordem de R\$ 1 Bi de reais. Informou que quanto aos empréstimos, que apenas R\$ 1,100 Bi entraram em 2021, não estão computados na entrada líquida os demais R\$ 1,100 Bi que entraram em 2022.

Em seguida, o presidente questionou qual o saldo positivo hoje da conta do Estado, em caixa. Questionando se ultrapassam 5 bilhões de reais.

O secretário informou ser algo muito dinâmico que varia diariamente, mas informa, em antemão, que hoje possuem em caixa os recursos de operação de crédito. Quanto ao saldo informou está abaixo de 5 bilhões. Afirmo que ao final do mês teria por volta de 3,600 bilhões.

O presidente Ricardo Nicolau alegou um descompasso muito grande entre o que se arrecada e o que se gasta, e que não há, mesmo assim, melhorias materiais no âmbito estadual, ponto que não cabe à Secretaria de Fazenda. Pontuou que o saldo entre 2019 e 2021 na arrecadação, houve aumento significativo na receita como nunca foi arrecadado antes, todavia, há um descompasso quanto aos gastos. Afirmo que há dois setores primordiais de gastos: saúde e educação. Não obstante, informa que a realidade da população no sistema de saúde é precária, que há filas quilométricas quanto a cirurgias ortopédicas, de exames. Há pessoas que reclamam de esperas há mais de ano. No âmbito da educação afirmou que houve aulas paralisadas e, mesmo assim, o gasto foi superior ao gasto anteriormente. Seguiu em fala que o Amazonas bateu recordes de arrecadação e, também, bateu recordes em violência, pontos que não são convergentes, alegou que o Amazonas foi o único Estado que houve aumento de homicídios recentemente. Afirmo que há uma disparidade entre a qualidade da arrecadação e a qualidade dos gastos. Alega ser extremamente arriscada a manobra do Governo pois se não houvesse o aumento significativo da receita, todos os índices que parecem favoráveis teriam um déficit, pois são analisados de acordo com a Receita Corrente Líquida. Alegou que o Governo gasta mal, que não adianta pedidos de desculpas, pois o Governo peca nos gastos, nos investimentos e no desenvolvimento econômico. Informo que muito embora o Estado tenha tido até 5 bilhões em caixa, o Executivo realizou um excesso de gastos. Ato seguinte, solicitou informações mais detalhadas no âmbito de audiências como a presente, principalmente sobre valores arrecadados, valores em saldo disponível em caixa. Afirmo que não vê nenhum planejamento do Governo do Estado na

retomada pós COVID-19. Disparou que há serviços públicos muito ruins, que a violência aumentou. Alegou, ainda, que não há planejamento estratégico para o cenário pós-pandemia. Neste passo, solicitou o detalhamento questionado, informando que fará, também, o pedido por escrito de demais informações. Informa que cumpre em todas as audiências públicas os prazos estabelecidos em lei, deixando as informações disponíveis ao Tribunal de Conta do Estado, fazendo, inclusive, transmissão ao vivo para que a população tome conhecimento das ações da Comissão de Assuntos Econômicos.

Logo após, o deputado Ricardo Nicolau passou a palavra ao deputado Dermilson Chagas para considerações finais.

O Deputado Dermilson Chagas citou uma decisão do Supremo Tribunal Federal para redução de alíquotas, questionou se a Secretaria da Fazenda já possui estudo sobre o impacto disso. Indagou sobre a dívida do PROSAMIN, que é em dólar, qual o impacto dessa dívida atualmente. E, por fim, parabenizou o trabalho e pontuou a fala do deputado Ricardo Nicolau sobre a ausência de investimento material em saúde, educação e segurança. Afirmo também que falta investimento no interior do Estado e parabenizou o Secretário da Fazenda em relação aos trabalhos.

Em seguida, o Deputado Ricardo Nicolau acrescentou que o Governador do Estado comunicou redução de 20% do IPVA, indagou qual o impacto na arrecadação dos recursos, se foi feito via decreto e se há incompatibilidade em relação ao ano eleitoral. Ainda, citou que a ALEAM aprovou medida que acompanha resoluções do Confaz, indagou quais resoluções estão em questão e quais setores serão incentivados. Afirmo que votou favorável pois o Confaz cria resoluções com base em extensos estudos econômicos, mas questionou o que motivou a adesão do Estado e quais setores serão contemplados.

Com a palavra o Secretário Alex Del Giglio informou que a ponte do Rio Negro foi 100% amortizada e em relação ao PROSAMIN, por ser um programa contínuo de Governo, sempre há saldos a amortizar. Quanto a decisão do ICMS do STF, afirmou que haveria uma perda de 7 pontos percentuais, podendo chegar até R\$ 1 Bi de reais, seria, então, uma perda significativa.

Com a palavra o secretário Dario informou que não houve aumento de alíquota no IPVA, o que houve foi aumento dos automóveis e, em contrapartida, a alíquota precisou aumentar. Afirmo que as medidas foram feitas via decreto, pois o ato que tratava por desconto é feito via decreto.

O presidente da CAE questionou se haveria algum impacto nominal na receita do Estado, e questionou quais descontos anteriores ao decreto que já existiam ao IPVA.

O secretário Dario informou que o contribuinte terá o desconto de 20% caso pague nos três meses de pagamento, todavia, caso atrase, o contribuinte não fará jus ao desconto. Informa que, antigamente, havia desconto de 10% se pagasse antecipado, no momento, o desconto, mesmo que pago em três parcelas ou no vencimento, será de 20%.

O Dep. Ricardo Nicolau discorreu que, quanto à base de cálculo do IPVA é feita uma avaliação, quanto essa avaliação, questionou se houve acréscimo nos valores ou decréscimo.

A Secretária informou que essa avaliação é terceirizada, que geralmente há um decréscimo, todavia, para o ano de 2022 informou que a PIC houve uma valorização de 22% em razão de ter sido um ano totalmente atípico em relação ao aumento no valor dos veículos.

Em alegações finais, o secretário Luiz Otávio agradeceu a presença dos deputados e suas indagações.





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

O secretário Alex afirmou que até quarta feira estará aberto o sistema para liberação das emendas impositivas.

Ao concluir, o Presidente da Comissão fez suas alegações finais, agradecendo a todos os presentes dizendo que a reunião visou cumprir o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal, e colocou a Comissão de Assuntos Econômicos da ALEAM à disposição não só para realizar as audiências, mas como também participar das discussões. O presidente Ricardo Nicolau declarou encerrada Audiência Pública de Avaliação das Metas Fiscais do Estado referente ao 3º Quadrimestre 2021.

Ricardo Nicolau

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE



Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3.950, Parque Dez - Manaus/AM - Fone: (92) 3183-4585



dep.ricardonicolau@aleam.gov.br



@deputadoricardonicolau

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2022.10000.00000.9.004287:

LUIS RICARDO SALDANHA NICOLAU - DEPUTADO(A) - EM 14/02/2022 15:50:48

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 46BBD420008E877 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>